



**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Poder Judiciário**  
**Chapadão do Sul**  
**2ª Vara**

**Edital de Leilão e Intimação**

**EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO DE BEM(NS) MÓVEL(IS)** e de intimação do(a)(s) executado(a)(s) **Sólida Construções e Comércio Ltda**, inscrito(a) no CNPJ/MF nº 02.962.185/0001-40, com endereço na Rua 25 de Dezembro, 1268, Monte Castelo, Campo Grande/MS; **Mara Lúcia Barros Correa**, inscrito(a) no CPF/MF nº 271.989.011-15; **Nathalia Barros Correa**, inscrito(a) no CPF/MF nº 696.955.981-53, ambas com endereço na com endereço na Rua Cinderela, 152, Carandá Bosque I, CEP 79032-520; e demais interessados.

**Dr<sup>(a)</sup>. Silvio C. Prado**, Juiz(a) de Direito do(a) 2ª Vara da comarca de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos de Procedimento Comum Cível nº 0001394-84.2006.8.12.0046 (01), movido por **Rodrigo Barros Corrêa e Felipe Barros Corrêa** contra **Sólida Construções e Comercio Ltda e outros**, em trâmite perante este Juízo e Cartório, que com fulcro no artigo 880 e seguintes do Código de Processo Civil/2015, e regulamentado pelo Provimento 375, de 23 de agosto de 2016, do CSM/TJMS, por intermédio do portal [www.marcaleiloes.com.br](http://www.marcaleiloes.com.br), gestora de leilões on-line, o leiloeiro judicial nomeado pelo(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito desta Vara, Sr. Marcelo Carneiro Bernardelli leva a público pregão de venda e arrematação na modalidade de leilão somente eletrônico (art. 1º do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016) o bem(ns) móvel(is) abaixo descrito(s), conforme condições de venda constantes do presente edital.

**DATAS DO LEILÃO:** No **Leilão Único** com início no dia **15/06/2020 às 17:30 horas** (horário local) e **término** no dia **22/06/2020, às 17:30 horas** (horário local), entregar-se-á o(s) bem(ns) a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a **50% do valor de avaliação**; considerado vil, conforme art. 891 do CPC.

**VALOR DO DÉBITO DA EXECUÇÃO:** R\$ 32.049,89 (trinta e dois mil, quarenta e nove reais e oitenta e nove centavos), atualizado até 01/09/2018, conforme cálculo à fl. 337 dos autos.

**RELAÇÃO DO(S) BEM(NS) MÓVEL(IS):**

**DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS):** Um(a) automóvel da marca/modelo, Chevrolet/Classic Life, de cor predominantemente prata, ano de fabricação/ano modelo, 2006/2006, placa



**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Poder Judiciário**  
**Chapadão do Sul**  
**2ª Vara**

HSG-4375 com tarjeta da cidade de Campo Grande/MS, chassi nº 9BGSA19906B192367, RENAVAL nº 878387218.

**LOCALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS) E FIEL DEPOSITÁRIO:** Consta nomeação de fiel depositário à fl. 329, Felipe Barros Corrêa, inscrito(a) no CPF/CNPJ/MF nº 005.264.081-70. Endereço: Rua 25 de Dezembro, 1274, Campo Grande/MS.

**VALOR DE AVALIAÇÃO:** R\$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais), conforme auto de avaliação à fl. 329, datado de 21/06/2018.

**DÉBITOS E ÔNUS:** Há débitos relativos ao DETRAN/MS no valor total de R\$ 2.527,89 conforme certidão emitida em 22/01/2020, juntada à fl. 378, estando sujeito a alterações e/ou atualizações até a data do leilão eletrônico. Constam débitos inscritos em dívida ativa, no valor total de R\$ 6.386,72, conforme certidões às fl. 374. Consta restrição RENAJUD - Registro de penhora.

**AÇÕES CÍVEIS EM NOME DO(S) EXECUTADO(S):** Há nos autos à fl. 371, certidão do cartório distribuidor de feitos em nome de **Sólida Construções e Comércio**, inscrito(a) no CNPJ/MF nº 02.962.185/0001-40, a seguir descrita: Vara Execução Fiscal Municipal da Comarca de Campo Grande/MS: Processo nº 0306021-32.2015.8.12.0001; 2ª Vara da Comarca de Chapadão do Sul/MS: Processos nºs. 0001394-84.2006.8.12.0046 [1] (046.06.001394-5/00001), 0002349-76. 2010.8.12.0046 (Suspensão) (046.10.002349-0). Há nos autos à fl. 372, certidão do cartório distribuidor de feitos em nome de **Mara Lúcia Barros Corrêa**, inscrito(a) no CPF/MF nº 271.989.011-15, a seguir descrita: 2ª Vara da Comarca de Chapadão do Sul/MS: Processos nºs 0001394-84.2006.8.12.0046 [1] (046.06.001394-5/00001), 0002349-76.2010.8.12.0046 (Suspensão) (046.10.002349-0). Há nos autos à fl. 373, certidão do cartório distribuidor de feitos em nome de **Nathalia Barros Corrêa**, inscrito(a) no CPF/MF nº 696.955.981-53, a seguir descrita: 2ª Vara da Comarca de Chapadão do Sul/MS: Processo nº 0001394-84.2006.8.12.0046 [1] (046.06.001394-5/00001).

**CONDIÇÕES DE VENDA**

**1. DA ARREMATÇÃO LIVRE DE ÔNUS:** Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se sobre o respectivo preço, por eles não respondendo o adquirente (art. 130, § único do CTN e art. 908, § 1º do CPC);



**Estado de Mato Grosso do Sul**  
Poder Judiciário  
**Chapadão do Sul**  
2ª Vara

**2. DO PAGAMENTO PARCELADO:** O(s) interessado(s) em adquirir o(s) bem(ns) penhorado(s) em prestações, poderá(ão) apresentar por escrito até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição por valor não inferior ao da avaliação, ou até o início do segundo leilão, proposta de aquisição por valor que não seja considerado vil. Em qualquer hipótese, será necessário o pagamento de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Lance à vista, podendo o restante ser parcelado em até 30 (trinta) meses, desde que garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis. A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado, conforme art. 895 do CPC;

**3. DO(S) BEM(NS)** O(s) bem(ns) será(ão) alienado(s) no estado de conservação em que se encontra(m), sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para a alienação judicial eletrônica (art. 18 do Prov. nº 375/2016 - CSM/TJMS);

**4. DOS DEPÓSITOS:** O(s) valor(es) do(s) bem(ns) arrematado(s), deverá(ao) ser depositado(s) no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do término do leilão, mediante guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal enviada pela MARCA LEILÕES, bem como a comissão de **05% (cinco por cento)** via boleto na rede bancária, ou transferência eletrônica, via DOC ou TED, na conta corrente da Gestora de Leilão Eletrônico: Marca Leilões, Intermediações e Negócios LTDA., portadora da CNPJ/MF nº 23.871.860/0001-04, Banco do Brasil, Agência Guaicurus, Agência de nº 2936-X, Conta Corrente nº 48.686-8;

**5. DA ENTREGA DO(S) BEM(NS):** Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativos à transferência do(s) bem(ns) móvel(is) arrematado(s) para o seu nome. Para transferir o(s) bem(ns) móvel(is) arrematado(s), será expedido pelo Cartório da vara responsável, o respectivo mandado de entrega, a ser cumprido por oficial de justiça designado, acompanhado pelo arrematante ou pessoa que o represente legalmente;

**6. DO CADASTRO DOS INTERESSADOS:** Para a participação no leilão eletrônico os interessados deverão realizar cadastro prévio no prazo de até 24 h (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão, conforme instruções contidas no seguinte portal: **[www.marcaleiloes.com.br](http://www.marcaleiloes.com.br)**; O cadastramento será gratuito e é requisito indispensável para a participação na alienação judicial eletrônica, responsabilizando-se o usuário, civil e criminalmente pelas informações prestadas, bem como implicar na aceitação integral das



**Estado de Mato Grosso do Sul**  
Poder Judiciário  
**Chapadão do Sul**  
2ª Vara

regras deste edital; Podem oferecer lances quem estiver na livre administração de seus bens, com exceção das pessoas elencadas nos incisos do art. 890 do CPC (art. 13 e art. 14 do Prov. nº 375/2016 CSM/TJMS);

**7. DOS LANCES:** Os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do leiloeiro Judicial, imediatamente divulgados on-line, viabilizando a preservação do tempo real das ofertas, não admitido sistema no qual os lances sejam realizados por qualquer forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances; para haver o encerramento do leilão, este deverá permanecer por três minutos sem receber outra oferta. Sobrevindo lance nos três minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial exclusivamente eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em três minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances. (arts. 24 e 27 do Prov. nº 375/2016 - CSM/TJMS);

**8. DAS PENALIDADES:** Não efetuados os depósitos, serão comunicados os lances imediatamente anteriores, para que sejam submetidos à apreciação do juiz, na forma do art. 895, § 4º e 5º, do art. 896, § 2º, art. 897 e art. 898 do CPC, sem prejuízo da invalidação de que trata o art. 903 do CPC; O arrematante que injustificadamente deixar de efetuar os depósitos, se assim o declarar o juiz do processo, terá seu nome inscrito no Cadastro de Arrematantes Remissos do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul e não poderá mais participar das alienações judiciais eletrônicas no PJMS pelo período de um ano, podendo, ainda, ser responsabilizado por tentativa de fraude a leilão público (artigos 335 e 358 do Código Penal) e, também, por possíveis prejuízos financeiros a qualquer das partes envolvidas no leilão, aí incluída a comissão do leiloeiro (art. 23 da LEF). (conforme o art. 31 e art. 32 do Prov. nº 375/2016 - CSM/TJMS);

**9. DA DESISTÊNCIA DA ARREMATAÇÃO:** Conforme art. 903 do CPC o arrematante poderá desistir da arrematação, sendo-lhe imediatamente devolvido o depósito que tiver feito: se provar, nos 10 (dez) dias seguintes, a existência de ônus real ou gravame não mencionado no edital; se, antes de expedida a carta de arrematação ou a ordem de entrega, o executado alegar alguma das situações previstas no § 1º; uma vez citado para responder a ação autônoma de que trata o § 4º, desde que apresente a desistência no prazo de que dispõe para responder a essa ação. Considera-se ato atentatório à dignidade da justiça a suscitação



**Estado de Mato Grosso do Sul**  
Poder Judiciário  
**Chapadão do Sul**  
2ª Vara

infundada de vício com o objetivo de ensejar a desistência do arrematante, devendo o suscitante ser condenado, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos, ao pagamento de multa, a ser fixada pelo juiz e devida ao exequente, em montante não superior a vinte por cento do valor atualizado do bem;

**10. DA ARREMATAÇÃO PELO CRÉDITO:** Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente (art. 892, § 1º do CPC);

**11. DO ACORDO E DA REMISSÃO:** Na hipótese de qualquer tipo de acordo homologado ou remissão após a publicação do edital de leilão, será devida pelo(s) executado(s), ao Leiloeiro Oficial, a comissão de **05% (cinco por cento)** do valor da avaliação judicial, ou débito/acordo, o que for menor, conforme enunciado do § 3º do art. 10 do Provimento nº 379/2016 CSM/TJMS;

**12. DA COMISSÃO:** A comissão devida ao leiloeiro pelo arrematante, será no percentual de **05% (cinco por cento)** sobre o valor da arrematação. Além da comissão, fará jus o leiloeiro público ao ressarcimento das despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, na forma da lei, a cargo do executado (art. 10 do Prov. nº 375/2016 - CSM/TJMS); Se houver desistência ou arrependimento do arrematante do bem arrematado, a comissão será devida da mesma forma; Não será devida a comissão ao leiloeiro público oficial na hipótese da desistência, que trata o art. 775 do Código de Processo Civil, de anulação da arrematação ou de resultado negativo da hasta pública (art. 10, § 1º do Prov. nº 375/2016 - CSM/TJMS); Na concessão de isenção após a publicação do edital, a comissão será paga pela executada; se a concessão de isenção for anterior a publicação do edital de leilão, a comissão ficará a cargo do exequente, se este não efetivou a comunicação anteriormente a publicação do edital; A partir da abertura da coleta de lances para o primeiro pregão, se o exequente adjudicar o bem penhorado, ficará responsável pelo pagamento da comissão em percentual de **05% (cinco por cento)** sobre o valor da avaliação do bem, devida ao leiloeiro;

**13. DOS ESCLARECIMENTOS:** No escritório do Leiloeiro, Sr. Marcelo Carneiro



**Estado de Mato Grosso do Sul**  
Poder Judiciário  
**Chapadão do Sul**  
2ª Vara

Bernardelli, sito à Rua General Odorico Quadros, nº 37, bairro Jardim dos Estados, em Campo Grande/MS, ou pelos seguintes fones: (67) 4042-2179 e (67) 99987-1407; e-mail [contato@marcaleiloes.com.br](mailto:contato@marcaleiloes.com.br), e site [www.marcaleiloes.com.br](http://www.marcaleiloes.com.br).

Caso não encontrado(s) o(s) devedor(es), fica(m) o(s) mesmo(s) ciente(s), por meio do presente, da realização do leilão. E, para que chegue ao conhecimento dos executados, terceiros e todos os demais interessados, o mesmo será publicado na forma da lei e afixado na sede deste Juízo.

Chapadão do Sul/MS, 23 de março de 2020.

**Dr<sup>(a)</sup>. Silvio C. Prado**  
Juiz(a) de Direito